



CÓD: OP-093JN-24

PM-MG

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

450 questões gabaritadas - GABARITANDO
Curso de Formação de Oficiais- CFO

CADERNO DE QUESTÕES

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Língua Inglesa.....	21
3. Raciocínio Lógico-Matemático.....	55
4. Direito Constitucional	63
5. Direito Penal	79
6. Direito Processual Penal	93
7. Direito Administrativo.....	111
8. Direito Civil e Direito Processual Civil	125
9. Legislação Extravagante e Direitos Humanos.....	141

42. CEBRASPE - DEL POL (PC RJ)/PC RJ/2022

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO CIVIL e Processual Civil Especial - Segurança Jurídica e Eficiência na Criação e Aplicação do Direito Público (arts. 20 a 30)

Insatisfeito com a falta de espaço para o exercício da polícia judiciária, delegado orienta servidores de delegacia a utilizar, como estacionamento de viaturas e depósito, imóvel privado, vizinho à delegacia em que está lotado. O delegado justificou sua ação no fato de que o imóvel estava abandonado há mais de cinco anos, que o interesse público prevalece sobre o interesse privado, que não havia sequer uma cerca protegendo o imóvel e que essa era a única forma de tutelar o patrimônio público que se deteriorava por falta de espaço. Alguns meses após tal iniciativa, o proprietário do imóvel ajuizou ação em face do Estado, pleiteando a retirada imediata.

Acerca dessa situação hipotética, é **correto** afirmar que

- (A) o imóvel foi afetado ao serviço público, de modo que ao proprietário só restaria um pleito de desapropriação indireta, caso ainda houvesse prazo para tanto.
- (B) o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular justifica a destinação conferida ao bem pelo delegado, cujas intenções e ações afastam a possibilidade de sua punição.
- (C) o delegado poderá eventualmente sofrer reprimenda disciplinar caso, após processo administrativo regular, verificar-se que seu erro foi grosseiro ou que sua ação foi dolosa, na forma da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).
- (D) o particular não teria direito de resistir à pretensão pública, em face da incorporação do bem ao patrimônio da administração, haja vista terem se passado cinco anos de abandono evidente, bem como em respeito à função social da propriedade privada.
- (E) o Estado, polo passivo da ação, por meio de sua procuradoria, diante da constatação da postura arbitrária do delegado, deverá promover a denúncia da lide, para que o delegado satisfaça eventual direito de regresso ao erário.

43. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80)

Tendo em conta o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O crime de fazer afirmação falsa ou enganosa, ou de omitir informação relevante relacionada a produto ou serviço, inadmite modalidade culposa.
- (B) Prevê como circunstância agravante a prática de quaisquer dos crimes contra pessoa portadora de deficiência mental ou física.
- (C) Prevê como pena, além da privativa de liberdade, dentre outras, a publicação, em órgãos de comunicação de grande circulação, da notícia sobre os fatos e a condenação.
- (D) Os crimes nele previstos podem ser praticados tanto por pessoa física quanto jurídica, restando condicionada a responsabilidade dessa última à imputação simultânea da pessoa natural que atua em seu benefício.
- (E) Os crimes nele previstos podem ser praticados tanto por pessoa física quanto jurídica, não se exigindo a imputação simultânea da pessoa natural que atua em seu nome, para a responsabilização penal.

44. CEBRASPE - DEL POL (PC RO)/PC RO/2022

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80)

É circunstância agravante dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor o cometimento desse tipo de crime

- (A) mediante a dissimulação da natureza ilícita do procedimento.
- (B) em detrimento de pessoa portadora de deficiência, desde que interditada judicialmente.
- (C) em detrimento de indígena, mesmo que integrado.
- (D) em detrimento de instituições religiosas ou educativas sem fins lucrativos.
- (E) em detrimento de pessoa com idade superior a setenta anos.

(D) colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

(E) deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.

49. CEBRASPE - DEL POL (PC MA)/PC MA/2018

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80)

Acerca dos crimes previstos no CDC, assinale a opção **correta**.

(A) Em razão do princípio da especialidade, as infrações penais descritas no CDC excluem outras que digam respeito a qualquer relação de consumo.

(B) A pena de interdição temporária de direitos somente poderá ser aplicada isoladamente, sendo vedada sua cumulação com pena privativa de liberdade ou multa.

(C) No processamento dos crimes de propaganda enganosa ou abusiva, é cabível a transação penal.

(D) Nos crimes que envolvam as relações de consumo, a ofensa a indivíduo analfabeto constitui circunstância agravante das penas.

(E) Os crimes contra a relação de consumo são, em sua maioria, de perigo concreto, sendo exigida a efetiva ocorrência do dano.

50. VUNESP - DELEG (PC BA)/PC BA/2018

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80)

A respeito da Lei no 8.078/90 (Código do Consumidor) e da Lei nº 8.137/90 (Crimes contra a ordem tributária e as relações de consumo), é **correto** afirmar que

(A) os crimes contra as relações de consumo, previstos no art. 7º da Lei nº 8.137/90, são praticados somente mediante dolo.

(B) os crimes contra o consumidor, previstos no Código de Defesa do Consumidor, são de menor potencial ofensivo.

(C) o Código do Consumidor, no que concerne aos crimes nele previstos, estabelece a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

(D) a Lei nº 8.137/90, no que concerne aos crimes contra as relações de consumo, estabelece a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

(E) a Lei nº 8.137/90, no que concerne aos crimes contra as relações de consumo, prevê como circunstância agravante da pena a prática em detrimento de menor de 18 ou maior de 60 anos.

51. VUNESP - INV (PC BA)/PC BA/2018

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80)

No Título II do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), estão previstas algumas condutas que, se praticadas pelo fornecedor, serão consideradas crime, entre elas:

(A) fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva.

(B) executar serviço de alto grau de periculosidade, mesmo em consonância com determinação de autoridade competente.

(C) empregar, na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição ainda que novos, sem autorização do consumidor.

(D) comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos ainda que o conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado.

(E) empregar na reparação de produtos, peças ou componentes usados, mesmo que com a autorização do consumidor.

52. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2018

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80)

Em relação ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), assinale a alternativa **correta**.

(A) Os crimes culposos são apenados exclusivamente com multa.

(B) Existe hipótese de contravenção penal.

(C) Não existem crimes culposos.

(D) Não existem crimes apenados com reclusão.

(E) Todos os crimes são apenados com reclusão.

(D) Não obstante a independência entre as instâncias civil, penal e administrativa, em caso de lesão ao patrimônio público em decorrência de ato de improbidade, a reparação do dano deverá deduzir o ressarcimento já efetuado nas demais instâncias que tiverem por objeto os mesmos fatos.

(E) Em havendo o ressarcimento integral e efetivo do dano pelo sujeito ativo do ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito, não lhe serão aplicáveis as sanções alusivas à perda de bens ou valores.

5. CEBRASPE - AUX PER (POLC AL)/POLC AL/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

No que se refere a improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

Incorre em improbidade administrativa o recebimento, por servidor público, de vantagem econômica indireta, para fazer declaração falsa sobre dado técnico que envolva obras públicas.

() CERTO

() ERRADO

6. FGV - TNS (SSP AM)/SSP AM/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Os policiais militares Antônio e João, do Estado Beta, no exercício da função e de forma dolosa, receberam vantagem econômica direta, consistente em propina no valor de trinta mil reais, para tolerar a prática de narcotráfico por determinada organização criminosa.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/92 (com alterações da Lei nº 14.230/21), Antônio e João

(A) não praticaram ato de improbidade administrativa, pois não houve efetivo prejuízo ao erário estadual, mas respondem nas esferas disciplinar e criminal.

(B) não praticaram ato de improbidade administrativa, até que sobrevenha decisão judicial transitada em julgado em processo criminal reconhecendo a prática do delito.

(C) praticaram ato de improbidade administrativa que viola princípios da administração pública e estão sujeitos, entre outras, à sanção de cassação dos direitos políticos.

(D) praticaram ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e estão sujeitos, entre outras, à sanção de suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos.

(E) praticaram ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e estão sujeitos, entre outras, à sanção de pagamento de multa civil de até o dobro do valor da remuneração percebida pelos agentes.

7. INSTITUTO AOCP - DEL POL (PC GO)/PC GO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

O Direito Administrativo reserva disposições especiais para a manutenção da regularidade na atuação de agentes públicos. Assim, o Brasil tem construído, nas últimas décadas, arcabouço normativo que se dedica à apuração e responsabilização de agentes públicos diante de possíveis casos de atuação irregular. Diante desse contexto, foi apurado que um servidor público de dado Município, mediante recebimento de vantagem econômica indevida oferecida por licitante, emitiu parecer técnico inverídico que beneficiou uma construtora, contratada mediante licitação, para realização de obras de uma creche, de modo a consolidar o recebimento de obras que descumpriam os parâmetros adotados no instrumento convocatório. Em relação à responsabilidade dos agentes envolvidos, é **correto** afirmar que

(A) a verificação de efetivo dano ao erário, no caso narrado, é requisito para aplicação da sanção de perda da função pública em matéria de improbidade administrativa.

(B) poderá ser determinado o afastamento do servidor, que não terá direito à integralidade da sua remuneração, no curso da apuração dos fatos.

(C) pode ser determinada a suspensão dos direitos políticos de forma liminar em sede de ação civil pública competente, de modo a preservar a higidez de processos eleitorais futuros.

(D) o trânsito em julgado de sentença condenatória em ação civil pública por improbidade administrativa é requisito legal para a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos do servidor.

(E) na ação de improbidade administrativa, a revelia da parte requerida importa na presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, tendo em vista a supremacia do interesse público.

(D) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente deverá ter a herança cassada para reparação do dano, além de haver a decretação de indisponibilidade dos bens de família do réu.

(E) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

12. CEBRASPE - DEL POL (PC ES)/PC ES/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Tópicos Mesclados de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)

Em relação à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.429/1992.

I Embora sem tipificação na Constituição Federal de 1988, a suspensão dos direitos políticos é prevista na Lei n.º 8.429/1992 como sanção aplicável por ato de improbidade administrativa, independentemente de eventuais sanções penais, civis e administrativas cominadas.

II São espécies de atos de improbidade administrativa aqueles que atentam contra o decoro parlamentar e contra a dignidade da justiça.

III Os herdeiros daquele que causar lesão ao patrimônio público estarão sujeitos às cominações legais até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Assinale a opção **correta**.

(A) Nenhum item está certo.

(B) Apenas o item **II** está certo.

(C) Apenas o item **III** está certo.

(D) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.

(E) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.

13. CEBRASPE - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Do Acesso a Informações e da sua Divulgação (arts. 6º a 9º da Lei nº 12.527/2011)

O acesso à informação inclui o direito de se obter

(A) orientações sobre o local onde a informação desejada pode ser encontrada.

(B) informações produzidas por entidade privada decorrentes de qualquer vínculo com seus órgãos apenas enquanto esse vínculo estiver ativo.

(C) informações primárias ou secundárias, íntegras, autênticas e atualizadas.

(D) informações pertinentes à administração do patrimônio público, exceto as relativas a contratos administrativos.

(E) informações sobre atividades exercidas por órgãos e entidades, salvo aquelas relativas à política institucional.

14. FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Do Procedimento de Acesso à Informação (arts. 10 a 20 da Lei nº 12.527/2011)

João, brasileiro com vinte anos de idade e que jamais solicitara o seu alistamento eleitoral, requereu, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado Alfa, informações a respeito de auditoria realizada pelo órgão competente de controle interno nas contratações realizadas pelo órgão. Acresça-se que, no bojo desse requerimento, João não indicou a finalidade em que essas informações seriam utilizadas.

À luz da sistemática vigente, é **correto** afirmar que o requerimento de João deve ser

(A) indeferido, pois as informações solicitadas são exclusivas para o uso interno.

(B) indeferido, pois somente o cidadão pode ter acesso às informações almejadas.

(C) indeferido, já que não foi declinada em que finalidade as informações seriam utilizadas.

(D) deferido, sendo irrelevante o fato de João não ser cidadão e de não indicar a finalidade das informações.

(E) deferido, desde que João, após a devida provocação, indique em que finalidade as informações serão utilizadas.

15. INSTITUTO AOCP - DEL POL (PC GO)/PC GO/2022

ASSUNTO: DIREITO AMBIENTAL - Lei nº 9.605/1998 - Infrações Administrativas Ambientais (arts. 70 a 76)

A lei de crimes ambientais dispõe sobre as sanções penais e administrativas oriundas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Com base na legislação ambiental em vigor, assinale a alternativa **correta**.

(A) A instalação ou funcionamento não autorizado pelo órgão ambiental competente de atividade potencialmente poluidora, em qualquer parte do território nacional, implica ato típico, com pena de detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

(B) Funcionário público que realiza afirmação falsa ou enganosa em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental comete crime contra a Administração Ambiental, sujeito à pena de detenção, de um a três anos, ou multa, cumulando-se com o embargo da licença.

(C) A realização de pesca em período de defeso é considerada ato típico passível de detenção de seis meses a um ano e multa.

(D) O crime de caça praticado contra espécie rara ou ameaçada de extinção tem pena de detenção base de seis meses a um ano, devendo esta ser aumentada de um terço à metade, e multa.

(E) Provocar dolosamente incêndio em mata ou floresta implica reclusão de um a quatro anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

16. VUNESP - PER CRIM (PC RR)/PC RR/ENGENHARIA FLORESTAL/2022

ASSUNTO: DIREITO AMBIENTAL - Lei nº 9.605/1998 - Infrações Administrativas Ambientais (arts. 70 a 76)

Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 9.605/1998.

(A) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a dirigir representação aos funcionários do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, visto ser esse o órgão deliberativo definido para essa função.

(B) No caso de infração administrativa, o pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios não substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência.

(C) A Federação é que tem o poder para definir os órgãos ambientais competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processos administrativos, respeitando o fato de que esses órgãos não são integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

(D) Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

(E) Funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente designados para as atividades de fiscalização não podem exercer poder de polícia, mesmo quando uma pessoa lhe dirigir representação, após constatar infração ambiental.

17. VUNESP - GCM (F.CO MORATO)/PREF F.CO MORATO/MASCULINO E FEMININO/2022

ASSUNTO: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

Nos termos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é **correto** afirmar que se considera criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até

(A) doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e quatro anos de idade incompletos.

(B) doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

(C) doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e vinte e quatro anos de idade incompletos.

(D) quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e vinte e um anos de idade.

(E) doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e quatro anos de idade completos.

18. VUNESP - GCM (F.CO MORATO)/PREF F.CO MORATO/MASCULINO E FEMININO/2022

ASSUNTO: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

Nos termos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é **correto** afirmar que

(A) se considera ato infracional a conduta descrita apenas como crimes apenados com reclusão.

(B) são penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nessa lei.

(C) o adolescente civilmente identificado será, sempre que possível, submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais.

(D) a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de noventa dias.

(E) para os efeitos da lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

26. VUNESP - GCM (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2022

ASSUNTO: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Dos Direitos Individuais (ECA, arts. 106 ao 109)

Nos termos da Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é **correto** afirmar que

(A) a conduta descrita como contravenção penal não é considerada ato infracional.

(B) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade de polícia judiciária competente.

(C) a apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

(D) a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.

(E) o adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, mesmo na hipótese de ser necessária a confrontação e houver dúvida fundada.

27. INSTITUTO AOCP - AG SOC (FUNDASE RN)/FUNDASE RN/SEM ÁREA/2022

ASSUNTO: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Dos Procedimentos (Do Acesso à Justiça, ECA, arts. 152 ao 197-F)

Em relação à possibilidade de decretação de medida cautelar, assinale a alternativa **correta**.

(A) O socioeducando poderá requerer à Gerência para que seja aplicada medida cautelar sobre ele, a pedido, nas situações em que alegar iminente risco de morte, devendo o pedido gerar requerimento escrito.

(B) O socioeducando poderá ser separado cautelarmente dos demais pelo prazo de trinta dias quando seu convívio nas áreas comuns puder causar alto risco à sua integridade, à de outros socioeducandos ou à segurança da unidade.

(C) O socioeducando que sofrer medida cautelar de separação dos demais não poderá praticar atividades obrigatórias dos internos.

(D) A medida cautelar só poderá ser decretada pela autoridade judiciária após requerimento da Gerência.

(E) Se a unidade não possuir local apropriado, o Gerente da unidade poderá solicitar a transferência do socioeducando à prisão domiciliar com monitoração eletrônica.

28. INSTITUTO AOCP - AG SOC (FUNDASE RN)/FUNDASE RN/SEM ÁREA/2022

ASSUNTO: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Das Infrações Administrativas (ECA, arts. 245 ao 258-C)

Em relação às infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Constitui infração administrativa punível com multa e, em caso de reincidência, com multa e prisão simples deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

(B) Pode ser punido com multa quem hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres.

(C) Constitui infração administrativa divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou a adolescente a que se atribua ato infracional.

(D) O responsável por diversão ou espetáculo público que deixar de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação pode ser punido com multa.

(E) Vender bebidas alcoólicas à criança ou ao adolescente constitui infração administrativa passível de multa e da medida administrativa de interdição do estabelecimento comercial até o recolhimento da multa aplicada. AGENTE